

LÚCIO SANTORO DE CONSTANTINO  
Advogado criminalista. Professor de Direito

## **NULIDADES NO PROCESSO PENAL**

Editora Verbo Jurídico

Porto Alegre, 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

C758n Constantino, Lucio Santoro  
Nulidades no processo penal/Lucio Santoro  
Constantino — Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2006.  
244 p. ; 21cm.

ISBN: 85-7699-026-1

1. Direito Processual Penal.
2. Nulidade (Direito Processual Penal).
3. (Tratados Internacionais. 4. Conflitos Internacionais

I Título.

CDD: 341.43

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	19
<b>2. TIPICIDADES FORMAIS</b>	
2.1. Conceito	22
2.2. Relação processual	22
2.3. Ato processual	22
2.4. Fato processual	23
2.5. Ato processual perfeito	24
<b>3. A TIPICIDADES FORMAIS</b>	25
3.1. Conceito	25
3.2. Espécies de atipicidades formais	25
3.2.1. Ato meramente irregular	26
3.2.2. Ato juridicamente inexistente	27
3.2.3. Nulidade relativa	28
3.2.4. Nulidade absoluta	28
3.2.5. Anulabilidade	29
<b>4. NULIDADES (Teoria geral)</b>	30
4.1. Conceito	30
4.2. Natureza jurídica da nulidade	30
4.3. Classificação das Nulidades	32
4.4. Efeitos das nulidades	33
4.5. Sistema legal de verificação de nulidades	34
4.6. Princípios das nulidades	37
4.7. Instrumentos para a decretação de nulidade	46
4.8. Classificação do ato como nulidade relativa ou como absoluta	47
4.9. Distinção entre nulidade relativa e nulidade absoluta	49
4.10. Nulidade: prejuízo comprovado, presumido ou evidente e justificado	54
4.11. Ato nulo e ato anulável	55
4.12. Momento de arguição das nulidades	57
4.13. Sanação e/ou convalidação	60
4.14. Nulidade argüida pelo causador	66
4.15. Súmula 523 do STF: Nulidade absoluta e/ou relativa?	68
4.16. Preterição da nulidade frente decisão benéfica	68
<b>5. NULIDADES EM ESPÉCIE</b>	69
5.1. Incompetência	70

5.2. Suspeição	75
5.2.1. Suspeição e impedimento	79
5.3. Suborno	82
5.4. Ilegitimidade da parte	83
5.5. Por falta de fórmulas ou dos termos seguintes	84
5.5.1. Denúncia ou a queixa	84
5.5.2. Representação	85
5.5.3. Processos de contravenções penais	87
5.5.4. Portaria	87
5.5.5. Auto de prisão em flagrante	88
5.5.6. Exame de corpo de delito	97
5.5.7. Nomeação de defensor ao réu presente que não o tiver, ou ao ausente	99
5.5.8. Nomeação de curador ao menor de 21 anos	103
5.5.9. Intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública	104
5.5.10. A citação do réu para ver-se processar	109
5.5.11. Interrogatório do réu	119
5.5.12. Os prazos concedidos à acusação e à defesa	124
5.5.13. Sentença de pronúncia	124
5.5.14. Libelo-crime acusatório	126
5.5.15. Contrariedade ao libelo-crime acusatório	127
5.5.16. Intimação do réu para a sessão de julgamento", pelo tribunal do júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia	128
5.5.17. Intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade	128
5.5.18. Presença de pelo menos 15 jurados para constituição do júri	129
5.5.19. Sorteio dos jurados do conselho de sentença em número legal	130
5.5.20. O conselho de sentença e sua incomunicabilidade	131
5.5.21. Os quesitos e as respectivas respostas	132
5.5.22. A acusação e a defesa, na sessão de julgamento	138
5.5.23. A sentença	140
5.5.24. Recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido	148
5.5.25. A intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso	151
5.5.26. No Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais	

**Localização: 343.156(81)**

**C758n**

**Código de barras: STJ00065953**

de Apelação, o quorum legal para o julgamento	154
5.5.27. Por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	155
5.5.28. Por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre elas	156
<b>6. NULIDADES: CASUÍSTICA</b>	<b>157</b>
<b>6.1. NULIDADE FRENTE AO PROCEDIMENTO</b>	<b>157</b>
6.1.2. Nulidade junto ao inquérito policial	159
6.1.3. Procedimento ordinário	161
6.1.4. Nulidade junto ao procedimento do Júri	163
6.1.5. Nulidade junto ao procedimento sumário	167
6.1.6. Procedimento do juizado especial criminal	168
6.1.7. Nulidades junto ao procedimento dos crimes previstos na lei de falência	171
6.1.8. Nulidades junto ao procedimento dos crimes de funcionário público	173
6.1.9. Nulidades junto ao procedimento dos crimes contra a honra	174
6.1.10. Nulidades junto ao procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	178
6.1.11. Nulidades junto ao procedimento de restauração de autos	180
6.1.12. Nulidades junto ao procedimento nos crimes de ação originária dos tribunais	182
6.1.13. Nulidades junto ao "procedimento da lei de tóxicos	184
<b>6.2. NULIDADES FRENTE À PRISÃO</b>	<b>186</b>
6.2.1. Prisão penal material	187
6.2.2. Prisão penal processual	187
<b>6.3. NULIDADES FRENTE À PROVA</b>	<b>192</b>
6.3.1. Interrogatório Direito ao silêncio	194
6.3.2. Cartas particulares	194
6.3.3. Gravações ambientais	195
6.3.4. Gravações feita por um dos interlocutores	195
6.3.5. Interceptações telefônicas	195
6.3.6. Inviolabilidade da casa	196
6.3.7. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas e dados	196
6.3.8. A prova colhida por meio da investigação	

das comissões parlamentares de inquérito	197
6.3.9. Prova feita com elementos físicos do acusado	198
6.3.10. Teoria dos frutos da árvore envenenada	198
6.3.11. Prova emprestada	199
6.3.12. Perícia	199
6.3.13. Intérprete	200
6.3.14. Confissão	200
6.3.15. Declarações do ofendido	201
6.3.16. Testemunhas	201
6.3.17. Reconhecimento de pessoas e coisas	204
6.3.18. Acareação	204
6.3.19. Documento	205
6.3.20. Busca e da apreensão	206
6.3.21. Admissão da prova ilegal em favor da defesa	209
 6.4. NULIDADES FRENTE AOS RECURSOS	 209
6.4.1. Efeitos da decretação de nulidade e <i>reformatio in pejus</i>	210
6.4.2. Parecer do Ministério Público, na segunda instância, e sem contraditório	213
6.4.3. Recurso em Sentido Estrito	216
6.4.4. Apelação	216
6.4.5. Protesto por Novo Júri	219
6.4.6. Embargos de Declaração	220
6.4.7. Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade	221
6.4.8. Carta Testemunhável	221
6.4.9. Recurso Extraordinário	222
6.4.10. Recurso Especial	224
6.4.11. Recurso Ordinário Constitucional	225
6.4.12. Agravo na Execução Penal	226
 6.5. NULIDADES FRENTE À EXECUÇÃO PENAL	 227
6.5.1. Execução penal provisória	228
 6.6. NULIDADES FRENTE ÀS AÇÕES IMPUGNATIVAS AUTÔNOMAS	 229
6.6.1. Revisão Criminal	229
6.6.2. <i>Habeas Corpus</i>	230
6.6.3. Mandado de Segurança	231
 7. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	 233

